



Cadernos NAUI

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

---

**Dossiê: Colonialismo digital, fluxos de informação e autoria em tempos de inteligência artificial**

v 14 | n 27 | jul-dez 2025

---

Prometeu algorítmico e as  
chamas da necroalgoritmização:  
algoritmos, colonialismo digital  
e justiça social na era da IA

**Júlio Araújo**

---



**Edição eletrônica**

URL: [NAUI – Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural \(ufsc.br\)](https://nauui.ufsc.br)

ISSN: 2558 - 2448

**Organização**

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC

**Referência Bibliográfica**

ARAÚJO, Júlio. Prometeu algorítmico e as chamadas da necroalgoritmização: algoritmos, colonialismo digital e justiça social na era da IA. Cadernos Naui: Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural, Florianópolis, v. 14, n. 27, p. 197-220, jul-dez 2025. Semestral.

© NAUI

# Prometeu algorítmico e as chamadas da necroalgoritmização: algoritmos, colonialismo digital e justiça social na era da IA

Júlio Araújo<sup>1</sup>

## Resumo

Este ensaio analisa criticamente o impacto da Inteligência Artificial (IA) por meio da metáfora do mito de Prometeu, argumentando que o “fogo” algorítmico, ao contrário do dom compartilhado pelo titã, é hoje controlado por corporações e elites tecnológicas. Utiliza-se o conceito de necroalgoritmização (Araújo, 2025a) para demonstrar como os sistemas algorítmicos refletem e intensificam desigualdades estruturais, operando sob lógicas do racismo algorítmico. A análise baseia-se em autores como Mbembe (2018), Benjamin (2019) e Noble (2021), e em dados apresentados pelo Projeto Desvelar e pela *Algorithmic Justice League*, que evidenciam os impactos da IA em setores como reconhecimento facial, segurança pública, crédito e trabalho. Sustenta-se que enfrentar a necroalgoritmização exige mais do que regulação e transparência, pois demanda práticas de *hacking* crítico, auditorias independentes e o desenvolvimento de tecnologias contra-hegemônicas. Conclui-se que a disputa pelo futuro da inteligência artificial é epistemológica e política e deve ser orientada por princípios de justiça social.

**Palavras-chave:** Inteligência Artificial; Necroalgoritmização; Racismo Algorítmico; Colonialismo Digital.

## Abstract

This essay critically examines the impact of Artificial Intelligence (AI) through the metaphor of the Promethean myth, arguing that the algorithmic “fire,” unlike the gift once shared by the titan, is now concentrated in the hands of corporations and technological elites. The concept of necroalgorithmization (Araújo, 2025a) is used to demonstrate how algorithmic systems not only reflect but intensify structural inequalities, operating through logics of algorithmic racism. The analysis draws on authors such as Mbembe (2018), Benjamin (2019), and Noble

---

<sup>1</sup> Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. Professor Titular da Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: [araujo@ufc.br](mailto:araujo@ufc.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7399-3769>. Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo financiamento da bolsa de produtividade (Processo nº 303677/2025-2).

(2021), as well as on research from the Desvelar Project and the Algorithmic Justice League, which expose the real-world impacts of AI on facial recognition, public security, credit allocation, and labor markets. The essay argues that confronting necroalgoritmization requires more than regulation and transparency – it calls for critical hacking, independent audits, and counter-hegemonic technological infrastructures. It concludes that the future of AI hinges on political and epistemological struggles for algorithmic justice.

**Keywords:** Artificial Intelligence; Necroalgoritmization; Algorithmic Racism.

## Introdução

A Inteligência Artificial (IA) e os sistemas algorítmicos representam uma das mais imponentes inovações tecnológicas da era contemporânea, estendendo sua influência desde processos industriais altamente especializados (Ponnusamy, *et al.*, 2025) até as interações mais banais da vida cotidiana, como pedir comida no iFood (Silva, 2024), escolher uma série na Netflix (Ladeira, 2019), uma música no Spotify (De Figueiredo; Barbosa, 2019) ou pedir um carro por aplicativo (Stelmaszak; Möhlmann; Sørensen, 2024). Entretanto, a narrativa triunfalista que frequentemente acompanha a ascensão da IA esconde camadas nebulosas de exclusão e opressão, que se revelam quando esses sistemas são analisados sob a lente da necroalgoritmização (Araújo, 2025a). Este conceito, alicerçado na interseção entre tecnologia e necropolítica (Mbembe, 2018), possibilita compreender que os algoritmos, longe de ser neutros ou objetivos, atuam como vetores de desigualdade, reforçando estruturas de poder que perenizam a vulnerabilidade de determinados grupos sociais.

Nesse contexto, torna-se pertinente adotar uma abordagem alegórica entre o mito de Prometeu e a criação e disseminação da IA. Não se trata de buscar no presente um equivalente sociológico exato do titã, nem de reduzir a narrativa mítica a uma correspondência direta entre personagens antigos e agentes contemporâneos. Trata-se, antes, de reconhecer que Prometeu condensa, na tradição ocidental, a ambivalência constitutiva do progresso técnico, na qual a promessa de emancipação e a experiência da punição se implicam mutuamente, fazendo do fogo uma figura simultânea de potência civilizatória e de custo histórico distribuído de modo desigual. No imaginário mitológico grego, Prometeu, o titã que subtraiu o fogo dos deuses para concedê-lo à humanidade, foi transformado em emblema do progresso, da inteligência e da insubmissão às ordens estabelecidas, porém é precisamente essa consagração que necessita

ser tensionada quando se observa que todo regime técnico produz, ao lado de benefícios proclamados como universais, um desenho de riscos, silenciamentos e vulnerabilizações que não recai sobre todos os corpos com a mesma intensidade. Se, na Grécia antiga, o fogo representava simultaneamente engenho e condenação, a tecnologia algorítmica contemporânea reitera essa dualidade, pois, sob o pretexto da eficiência, naturaliza desigualdades e exclusões na estrutura opaca dos algoritmos.

Além disso, essa alegoria ganha densidade quando articulada a uma discussão contemporânea que reposiciona Prometeu na interseção entre tecnologia e política, deslocando-o do registro moralizante do “progresso” para o terreno estratégico da disputa pelo futuro. Na leitura proposta por Gonçalves e Marques (2021), o mito pode ser relido como uma chave para pensar a ambivalência de um poder técnico que não se define apenas pela invenção, mas pela governança, de modo que a questão decisiva deixa de ser o que a tecnologia faz e passa a ser quem decide o que ela fará, sob quais formas de propriedade, em quais instituições e segundo quais regimes de distribuição. Nessa perspectiva, “roubar o fogo” hoje não é um gesto romântico de gênio criador, mas um problema político sobre infraestrutura, captura corporativa e possibilidade de reapropriação democrática do poder técnico. É esse deslocamento que permite que Prometeu funcione menos como ornamento e mais como operador teórico para compreender por que a chama algorítmica pode iluminar, mas também incinerar, quando seu controle permanece concentrado.

Um exame do papel desempenhado pelas *Big Techs* na engenharia dessas exclusões revela a contradição entre as promessas iniciais e as práticas atuais dessas empresas. Plataformas como Meta e X (antigo Twitter), originalmente concebidas sob o ideal de promover conexão social e ampliar a expressão democrática, operam hoje segundo lógicas algorítmicas que têm favorecido a ampliação da circulação de discursos de ódio e a fragilização de grupos socialmente minorizados. No caso da Meta, mudanças recentes em suas políticas de moderação passaram a tolerar enunciados que associam identidades LGBTQIAPN+ a categorias patologizantes, o que tem sido duramente criticado por organizações de direitos humanos e por veículos da imprensa por normalizar práticas discriminatórias em nome da liberdade de expressão (Human Rights Campaign, 2025; CNN Brasil, 2025; Poder360, 2025). De modo semelhante, estudos empíricos apontam que, após alterações significativas em sua governança e nos critérios de moderação, o X apresentou um aumento persistente na circulação e no engajamento de conteúdos de ódio, incluindo insultos

racistas, homofóbicos e misóginos, evidenciando o papel ativo dos sistemas algorítmicos na amplificação dessas violências discursivas (Berkeley News, 2025).

Em contraste, vozes dissidentes, sobretudo aquelas oriundas das periferias e dos espaços historicamente marginalizados, são frequentemente silenciadas por filtros algorítmicos seletivos. O fogo prometido pelas plataformas digitais, idealizado como um instrumento de fortalecimento do debate público e da valorização da diversidade, arde agora como uma chama destrutiva, que não ilumina, mas consome direitos e converte os ambientes digitais em territórios de violência e exclusão sistemática (Noble, 2021; Benjamin, 2019).

No horizonte mítico, a punição prometeica, reiterada como suplício interminável, condensa a forma exemplar do custo que acompanha o poder técnico quando ele é capturado e redistribuído de modo desigual, e é sob essa chave que as populações racializadas e marginalizadas são submetidas a uma punição incessante no capitalismo de dados, em um ciclo contínuo de exploração e vulnerabilização (Zuboff, 2019). Desse ponto de vista, a necroalgoritmização não constitui um erro de programação, mas um modo de governança sociotécnica que, a partir de escolhas estruturais de design, métricas de engajamento e regimes de moderação, produz efeitos sistemáticos de gestão diferencial da vida e da morte no ambiente digital, ainda que tais efeitos não decorram necessariamente de intenções explícitas ou centralizadas. Sob essa perspectiva, busca-se examinar de que modo a IA, longe de se configurar como um avanço puramente emancipatório, opera como um dispositivo de poder que não apenas reconfigura as exclusões sociais, mas as reinscreve em uma lógica algorítmica de predição, vigilância e morte.

Uma atenção especial será dedicada ao racismo algorítmico, reconhecido como uma das manifestações mais alarmantes desse fenômeno. A análise destaca a racialização dos dados e a lógica preditiva dos algoritmos como elementos centrais na instauração de um novo regime de opressão maquínica (Eubanks, 2018). Fundamentada em referências críticas e interdisciplinares, a abordagem articula os debates sobre justiça algorítmica e ética da inteligência artificial, com o propósito de construir uma base argumentativa sólida para a compreensão das chamadas da necroalgoritmização.

## Prometeu e o fogo da transformação

O mito de Prometeu, presente em obras fundamentais da tradição grega, como *Teogonia*, de Hesíodo (2006), e *Prometeu Acorrentado*, de Ésquilo (1997), figura como

uma das mais expressivas representações da tensão entre progresso e transgressão. Seu nome, cujo significado remete a “o que prevê” ou a “o que pensa antes” (*Promētheús*), inscreve-o na narrativa como aquele que antecipa o futuro e desafia a ordem estabelecida. Ao roubar o fogo divino e concedê-lo à humanidade, Prometeu proporcionou aos mortais o domínio sobre a natureza, as artes da técnica (*techné*) e a capacidade de organização social. Contudo, como ressalta Hesíodo, esse dom não foi oferecido sem consequências: “Zeus, furioso, puniu o titã, acorrentando-o ao Cáucaso para sofrer eternamente, mas também impôs aos humanos um fardo inesperado – Pandora e sua jarra, que trouxe ao mundo os males irreversíveis da condição humana” (Hesíodo, *Teogonia*, v. 507-616).

A dualidade do fogo prometeico constitui um eixo central para sua interpretação filosófica, articulando simultaneamente os ideais de iluminação, conhecimento e civilização com os riscos e responsabilidades inerentes à sua aquisição transgressiva. No *Protágoras* (321c-322d), Platão expande essa reflexão ao relatar que, diante da recusa dos deuses em conceder aos humanos os atributos naturais necessários à sua sobrevivência, Prometeu lhes entregou o fogo e a técnica, viabilizando o progresso civilizacional, mas deixando-os privados da sabedoria política indispensável para a gestão equilibrada desse poder (Platão, 2004). Essa ambivalência, segundo Jean-Pierre Vernant (1990), constitui o cerne do mito prometeico, pois a narrativa não apenas enaltece a capacidade humana de transcender limitações, mas também adverte sobre as implicações éticas e sociais inerentes a essa ousadia.

Essa tensão constitutiva, no entanto, pode ser politicamente radicalizada quando Prometeu deixa de ser apenas um emblema do engenho humano e passa a nomear um campo de conflito sobre quem controla o poder técnico e com quais finalidades. É nesse ponto que a interlocução com a discussão do “aceleracionismo de esquerda” se torna produtiva para a arquitetura deste ensaio. Em contraste com versões do aceleracionismo alinhadas ao imaginário tecnolibertário e à ideologia corporativa do Vale do Silício, Gonçalves e Marques (2021) destacam uma linhagem que reivindica a necessidade de uma política orientada ao futuro, capaz de disputar a direção do desenvolvimento tecnológico e de confrontar sua captura por estruturas de mercado. Nessa chave, o “prometeico” não se reduz ao ato de produzir tecnologia, mas ao gesto de reordenar sua governança, reposicionando a técnica como questão pública, e não como propriedade privada. A utilidade dessa ponte é direta: ao mesmo tempo em que o mito evidencia o custo desigual do fogo, o debate aceleracionista

explicita que esse custo não é destino mítico, mas resultado histórico de instituições, decisões de design, métricas de engajamento e regimes de propriedade que podem ser politicamente contestados.

A metáfora do fogo, simultaneamente promessa e ameaça, configura um paradigma profícuo para a análise dos impactos da IA. Tal como Prometeu concedeu à humanidade, um dom que alteraria irreversivelmente sua existência, a IA tem sido apresentada como um avanço tecnológico capaz de redefinir as estruturas sociais (Primo Braga, 2024), políticas (Ferrarezi, 2023) e econômicas (Meira; Primo Braga, 2023) da contemporaneidade. Em sua concepção inicial, projetava-se uma tecnologia de caráter emancipatório, destinada a solucionar problemas complexos, reduzir desigualdades e ampliar as potencialidades criativas humanas. Entretanto, assim como o fogo mitológico, sua apropriação e utilização não se dão sem contradições e disputas.

A distinção entre a IA e o fogo prometeico reside no fato de que, enquanto Prometeu concedeu sua chama a toda a humanidade, a tecnologia algorítmica permanece concentrada nas mãos de poucos e é empregada de maneira desigual. Sob a retórica da inovação, grandes corporações tecnológicas colonizam, detêm e monopolizam o conhecimento, determinando os termos de sua distribuição e controle (Zuboff, 2019; García-Canclini, 2023). Esse domínio se manifesta na forma como os algoritmos operam segundo lógicas de exclusão, aprofundando desigualdades e configurando novas dinâmicas de poder (Araújo, 2024; 2025a).

Os impactos dessa “chama digital” tornam-se evidentes na forma como as *Big Techs* reconfiguram o espaço público e modulam as interações sociais. Empresas como Meta e X, originalmente concebidas sob a promessa de fomentar espaços democráticos de comunicação e troca de ideias, consolidaram-se como plataformas cuja lógica algorítmica prioriza o engajamento a qualquer custo. Estudos demonstram que esses sistemas favorecem a disseminação irrestrita de discursos de ódio e desinformação e penalizam e invisibilizam grupos historicamente marginalizados por meio de mecanismos de moderação seletiva (Crawford, 2021; Noble, 2021; Benjamin, 2019; Silva, 2022). Em um desdobramento paradoxal do mito prometeico, aquilo que foi anunciado como um avanço civilizatório converte-se em instrumento de vigilância, censura algorítmica e reprodução de desigualdades estruturais.

Se, no mito, a punição de Prometeu assumia a forma de uma águia que incessantemente devorava seu fígado, na contemporaneidade, recai sobre aqueles que não

detêm o controle sobre a tecnologia, mas suportam suas consequências mais severas. Como observa Ruha Benjamin (2019), a IA e seus algoritmos de predição criminal, seleção de candidatos ou vigilância digital não se configuram como meros produtos técnicos, mas como estruturas que incorporam e reproduzem as mesmas hierarquias e injustiças históricas. Dessa forma, o fogo da IA não aquece a todos de maneira equitativa, pois, enquanto elites tecnológicas e políticas usufruem de seus benefícios, grupos racializados, dissidentes políticos e populações periféricas veem-se consumidos por suas chamas.

Diante desse cenário, torna-se essencial questionar quem detém o controle sobre esse fogo e quais interesses orientam sua disseminação. O que foi prometido pela retórica da inovação e do progresso nem sempre corresponde ao que, de fato, foi entregue. Com frequência, esse discurso eclipsa as condições concretas de implementação da IA, na medida em que seu desenvolvimento permanece subordinado a interesses privados. Nesse contexto, enquanto parcelas privilegiadas da sociedade usufruem de seus benefícios, grande parte da população é privada desse acesso e exposta a riscos significativamente mais severos.

Essa ambivalência será aprofundada na seção seguinte, na qual se examina como a metáfora do fogo permite compreender as tensões entre inovação e exclusão algorítmica. Tal como na mitologia grega, a posse desse poder técnico não se dá sem consequências imprevisíveis, carregando consigo dilemas éticos inescapáveis.

## **A Inteligência Artificial como fogo prometeico**

Os sistemas algorítmicos de IA podem ser concebidos como a nova forma do “fogo” no mundo contemporâneo, uma vez que são forjados a partir do processamento massivo de dados e do aperfeiçoamento de modelos matemáticos cada vez mais sofisticados. Apresentados sob a promessa de solucionar problemas complexos, otimizar processos e ampliar as capacidades criativas humanas, esses sistemas carregam, no entanto, implicações que transcendem a mera eficiência técnica. Tal como o fogo subtraído por Prometeu dos deuses e concedido à humanidade, a IA não se limita a atuar como um instrumento de progresso, mas também redefine hierarquias de poder, reconfigura a distribuição de privilégios e institui novas formas de dominação.

Impõe-se, portanto, a indagação sobre como o gesto prometeico se reconfigura na era digital e sob quais condições a promessa do fogo algorítmico é formulada como benefício universal, ao mesmo tempo em que sua infraestrutura permanece concentrada e seus custos

recaem de maneira assimétrica sobre grupos específicos. O que está em disputa, nessa transposição, não é a busca por um Prometeu contemporâneo entendido como personagem único, mas a análise das formas de produção, propriedade e governança do fogo algorítmico, pois são essas mediações que definem quem se beneficia de sua difusão e quem é empurrado para regimes de invisibilidade, vigilância e penalização. Ainda que cientistas e engenheiros participem da construção desses sistemas, o que organiza a circulação efetiva desse poder não é a figura do criador celebrada pelo imaginário da inovação, mas a engrenagem corporativa e política que financia, direciona e captura o conhecimento produzido, subordinando-o a métricas, mercados e regimes de moderação que, em vez de universalizarem benefícios, tendem a reforçar assimetrias. Como destaca Silva (2022, p. 113),

alguns grupos não só são deixados de lado ou ignorados na produção de tecnologias hegemônicas como são estereotipados e agredidos intelectualmente na montagem dos recursos computacionais que se tornam fundações para novas tecnologias, acumulando camadas estruturais de preconceitos.

A noção de que a IA promove a democratização do conhecimento e das oportunidades oculta uma contradição essencial. Embora os sistemas algorítmicos sejam amplamente empregados em diversas áreas, o acesso às tecnologias mais avançadas permanece rigidamente controlado por um restrito grupo de corporações e governos, que determinam os parâmetros de sua implementação. Além disso, como observa Cathy O’Neil (2020), os algoritmos não operam de forma neutra, pois carregam consigo vieses estruturais que reproduzem as desigualdades históricas presentes tanto em seus criadores quanto nos dados que os alimentam. Prometeu concedeu o fogo indistintamente à humanidade, os algoritmos contemporâneos, ao contrário, reafirmam barreiras invisíveis, consolidando um modelo de poder que beneficia poucos enquanto impõe restrições e penalidades a muitos.

A crença na neutralidade dos algoritmos figura entre os mitos mais persistentes da era digital. Como indicam diversas pesquisas (Noble, 2021; Ruha Benjamin, 2019; Silva, 2022; Araújo, 2024), os sistemas de IA refletem e ampliam hierarquias raciais, de gênero e de classe, consolidando dinâmicas neocoloniais mediadas por infraestruturas digitais (Nyabola, 2018) e, de modo mais específico, formas de colonialismo algorítmico (Faustino; Lippold, 2023). Mecanismos de busca, por exemplo, perenizam estereótipos raciais ao associar imagens e conteúdos depreciativos a determinados grupos sociais (Noble, 2021), enquanto sistemas de reconhecimento facial apresentam índices significativamente mais altos de erro quando aplicados a pessoas negras (Buolamwini; Gebru, 2018). Assim, o fogo da IA não se

distribui de maneira equitativa, pois a sua chama aquece aqueles que já ocupam posições de privilégio, ao passo que consome aqueles historicamente relegados às margens da sociedade.

Ao contrário do mito, em que Prometeu suporta sozinho a punição imposta pelos deuses, a sociedade da necroalgoritmização distribui de forma desigual e interseccional os custos, as sanções e os danos que acompanham a expansão da IA, de modo que a penalidade não recai sobre quem controla a infraestrutura, mas sobre quem é submetido à lógica necroalgorítmica (Araújo, 2025a). Trabalhadores precarizados das plataformas digitais (Amorim; Moda, 2020), grupos racializados submetidos a sistemas preditivos de policiamento (Silva, 2022), mulheres (Yarger; Cobb-Payton; Neupane, 2022; Araújo, 2024) e pessoas da comunidade LGBTQIAPN+ (Paweloszek; Kumar; Solanki, 2022) figuram entre os principais alvos da combinação entre assédio automatizado e moderação algorítmica seletiva, práticas que, sob o pretexto de preservar padrões normativos, produzem silenciamentos sistemáticos. Em vez de um titã rebelde desafiando os deuses para conceder um benefício aos mortais, o que se observa é a consolidação do necropoder de uma elite tecnológica sobre a infraestrutura da vida digital, enquanto os grupos mais vulneráveis da sociedade suportam os impactos dessa chama computacional.

Se, no mito, o acorrentamento prometeico figura como a cena exemplar da violência que acompanha a circulação transgressiva do poder técnico, na contemporaneidade é preciso perguntar quem se encontra aprisionado nas engrenagens da IA, uma vez que o que se apresenta como tecnologia libertadora pode, na realidade, operar como um sofisticado mecanismo de predição e controle.

Essa reflexão será aprofundada na seção seguinte, na qual se examina como a IA, sob a promessa de progresso, também se configura como instrumento de exclusão e dominação. Se o mito antigo ensina que toda ousadia técnica implica um custo, impõe-se a necessidade de questionar quem, no século XXI, está sendo consumido por essas chamas digitais.

## **Necroalgoritmização: a face ameaçadora do fogo algorítmico**

Ao conceder o fogo à humanidade, Prometeu instaurou a ambivalência do progresso, ao mesmo tempo emancipador e punitivo. Na sociedade da necroalgoritmização, a IA ressignifica esse mito sob uma perspectiva mais ameaçadora, pois, o fogo algorítmico, longe de iluminar caminhos para a equidade e a justiça, manifesta-se como um dispositivo de exclusão e opressão, consolidando um modelo de governança digital que preserva e

reconfigura desigualdades históricas. Esse fenômeno não emerge como falha involuntária dos sistemas tecnológicos, mas como efeito estrutural e reiterado de arranjos sociotécnicos que convertem hierarquias históricas em critérios computacionais. Nessa dinâmica, a desumanização pode operar sem depender de uma intenção explícita ou centralizada e, ainda assim, produzir resultados sistemáticos e previsíveis, nos quais os algoritmos funcionam como vetores de marginalização, afetando sobretudo populações racializadas, empobrecidas e socialmente minorizadas (Araújo, 2025a).

Fundamentada na necropolítica de Achille Mbembe (2018), a necroalgoritmização não apenas classifica e diferencia, mas opera como um mecanismo matemático (O’Neil, 2020) que determina quem possui valor social e quem é relegado à marginalização, perenizando desigualdades sob a retórica enganosa da otimização. Como adverte García-Canclini (2021), a promessa dos algoritmos de tornar a sociedade mais eficiente frequentemente mascara seu papel na reprodução das desigualdades, de modo que a digitalização da vida não dissolve conflitos sociais, mas os reconfigura e amplifica em novas modalidades.

Entre as expressões mais contundentes desse fenômeno, destaca-se o racismo algorítmico, compreendido como a conversão da discriminação racial em códigos e estatísticas, consolidando padrões históricos de exclusão. O estudo seminal de Tarcízio Silva (2022) demonstra que os algoritmos, longe de operarem com neutralidade, reproduzem e aprofundam desigualdades raciais, influenciando desde sistemas de reconhecimento facial até a moderação de conteúdo em plataformas digitais. A opacidade que caracteriza esses sistemas torna essa forma de discriminação ainda mais insidiosa, uma vez que a lógica matemática dos algoritmos se impõe como uma verdade incontestável, ocultando a dimensão política de suas operações.

Os impactos da necroalgoritmização manifestam-se em diversos setores da vida social, reproduzindo e sofisticando desigualdades históricas sob a lógica da eficiência algorítmica. No campo da segurança pública, algoritmos de policiamento preditivo, amplamente utilizados em países como os Estados Unidos e o Brasil, direcionam maior vigilância para territórios racializados, aprofundando práticas de criminalização estrutural da população negra (Silva, 2022).

Já no campo do trabalho, os sistemas de recrutamento automatizado também são atravessados por esse viés. Como evidenciam Wilson e Caliskan (2024), ferramentas baseadas em linguagem natural utilizadas na triagem de currículos apresentaram taxas

significativamente maiores de aceitação para nomes associados a homens brancos, enquanto candidatos de grupos racializados e mulheres negras foram sistematicamente desprivilegiados nos processos de seleção. Esses sistemas, treinados com dados históricos enviesados, filtram candidatos com base em padrões discriminatórios preexistentes, o que resulta não apenas na replicação, mas na automatização das exclusões. A necroalgoritmização, nesse contexto, opera como uma governança da desigualdade, naturalizada como neutralidade computacional.

A necroalgoritmização estende-se, ainda, ao mercado financeiro, em que modelos algorítmicos de concessão de crédito fortalecem desigualdades raciais ao operar com dados históricos que refletem padrões de discriminação sistêmica. Loya (2022) demonstrou que as taxas de rejeição de hipotecas e empréstimos para pessoas negras e latinas permanecem significativamente mais altas, mesmo quando outras variáveis econômicas são controladas, evidenciando a presença de vieses raciais nos modelos matemáticos que determinam a avaliação de risco.

Diante desse cenário, torna-se urgente perguntar quem controla os algoritmos, a quem eles servem e quais corpos pagam o preço por seu funcionamento. Se, na mitologia grega, Prometeu foi castigado por desafiar a ordem divina, no século XXI são as populações historicamente marginalizadas que suportam o ônus do progresso algorítmico, sendo sistematicamente excluídas e criminalizadas por tecnologias que, em princípio, deveriam estar orientadas por ideais de equidade.

A necroalgoritmização constitui a estrutura central da lógica de exclusão algorítmica. Uma de suas expressões mais evidentes manifesta-se na racialização dos algoritmos, que convertem desigualdades históricas em métricas digitais, perpetuando padrões de discriminação. Esse fenômeno, amplamente reconhecido como racismo algorítmico (Silva, 2022), reproduz e intensifica assimetrias sociais, transformando processos de exclusão em decisões automatizadas, conferindo-lhes uma aparente objetividade técnica.

## **Racismo algorítmico**

Ao conceder o fogo aos mortais, Prometeu lhes proporcionou técnica e poder criativo, redefinindo de maneira irreversível sua relação com o mundo. Nesse horizonte mítico, emerge uma indagação incontornável: qual é o papel desempenhado pelos algoritmos na contemporaneidade? A promessa da IA como instrumento de equidade e progresso se dissipa diante de sua materialidade histórica, revelando sistemas que, longe de se constituírem como

entidades neutras ou libertadoras, operam sob lógicas de poder que alimentam desigualdades estruturais. Nesse cenário, o racismo algorítmico se apresenta como uma das expressões mais insidiosas desse novo Olimpo digital, um domínio em que estruturas invisibilizadas pela opacidade dos códigos organizam silenciosamente o destino dos mortais, estabelecendo, sem qualquer escrutínio público, quem será visto, reconhecido ou relegado à invisibilidade.

Em *Race After Technology*, Ruha Benjamin (2019) demonstra que os algoritmos se configuram como instrumentos de discriminação automatizada, reestruturando a sociedade sob novas formas de segregação e exclusão. A autora introduz o conceito de “New Jim Code<sup>2</sup>”, uma atualização digital das práticas de segregação racial do passado, na qual a injustiça racial é incorporada tanto nos códigos de programação quanto na arquitetura dos sistemas computacionais.

Esses algoritmos operam sob a ilusão de uma neutralidade matemática, mas, na prática, reproduzem e reforçam as mesmas hierarquias que sustentaram o colonialismo e a supremacia branca ao longo da história (Faustino; Lippold, 2023). Como desenvolvido em outro ensaio, “o algoritmo é um texto” performativo, codificado, que executa comandos, escreve realidades, instaura sentidos e organiza práticas sociais a partir de lógicas muitas vezes invisíveis (Araújo, 2025b). Por isso, compreender o modo como essas tecnologias organizam o mundo exige também um esforço hermenêutico, pois é preciso interpretá-las como narrativas de poder.

É nesse sentido que o mito de Prometeu oferece uma chave interpretativa potente para a compreensão desse fenômeno. Na tradição grega, o gesto prometeico figura como transgressão que entrega aos mortais um poder capaz de transformar seu próprio destino, porém, no século XXI, o fogo algorítmico permanece sob o controle de um seleto grupo de elites tecnológicas, e é justamente aí que a metáfora revela sua utilidade crítica, pois a promessa de emancipação associada ao fogo é capturada por um regime de propriedade e governança que transforma conhecimento em ativo corporativo e poder de decisão em privilégio concentrado. Observa-se, assim, a consolidação de um Olimpo corporativo formado pelas já conhecidas gigantes tecnológicas, que não disponibilizam o conhecimento como um bem comum, mas o instrumentalizam para reforçar desigualdades e aprofundar assimetrias no

---

<sup>2</sup> O conceito de “New Jim Code”, formulado por Benjamin (2019), explica como algoritmos e IA reforçam desigualdades raciais sob a aparência de neutralidade e inovação. O termo combina “Jim Crow”, referência às leis de segregação racial nos EUA, e “code”, que remete a códigos legais e de programação. Assim como as leis de Jim Crow institucionalizaram a discriminação, Benjamin argumenta que as tecnologias digitais contemporâneas impõem novas formas de segregação racial, agora automatizadas e menos visíveis.

poder digital. Desse modo, a IA, longe de se configurar como um presente para os mortais, converte-se em um dispositivo de vigilância e dominação.

Nesse contexto, os algoritmos de reconhecimento facial exemplificam de forma contundente a perpetuação do racismo algorítmico. Joy Buolamwini, fundadora do *Algorithmic Justice League*, demonstrou em suas pesquisas (Buolamwini; Gebru, 2018) que sistemas amplamente adotados por governos e corporações apresentam taxas significativamente mais elevadas de erro na identificação de rostos negros, sobretudo de mulheres negras. Enquanto os algoritmos reconhecem com elevada precisão rostos masculinos brancos, suas falhas são desproporcionalmente maiores ao classificar rostos femininos negros, registrando índices de erro que, em alguns casos, chegam a 34%.

Essa lógica não pode ser reduzida a uma falha técnica ou a um mero erro de programação, pois reflete uma estrutura de poder que define quem pode ser visto e quem permanece à margem no mundo digital. A invisibilidade algorítmica, longe de um efeito colateral, configura-se como um efeito sistemático de escolhas estruturais de design, curadoria de dados e validação técnica que produzem exclusões persistentes e ultrapassam a simples ausência de reconhecimento por câmeras. Suas implicações vão além da detecção facial, resultando em falsas acusações, exclusões em processos seletivos e marginalização digital, tornando grupos vulneráveis estatisticamente irrelevantes. Enquanto, no horizonte mítico, a punição prometeica condensa a forma exemplar da violência que acompanha a apropriação desigual do poder técnico, na era da IA, mulheres negras enfrentam um apagamento sistemático, consumidas por algoritmos que restringem sua presença e as empurram para os limites da cidadania digital (Araújo; Araújo, 2024).

A lógica da necroalgoritmização manifesta-se também nas decisões automatizadas que regem o acesso a crédito, habitação e saúde, em que sistemas algorítmicos desempenham papel central na determinação de quem poderá usufruir desses recursos e quem será sistematicamente excluído.

Pesquisas como as de Loya (2022) evidenciam que modelos de avaliação de crédito penalizam desproporcionalmente pessoas negras e latinas, mesmo quando apresentam histórico financeiro semelhante ao de indivíduos brancos. O viés algorítmico, enraizado nos dados de treinamento desses sistemas, associa bairros periféricos a “áreas de risco”, elevando as taxas de juros para moradores negros e reduzindo suas chances de aprovação em financiamentos e empréstimos. No campo da habitação, Richard Rothstein (2017), em *The*

*color of law*, demonstra que as políticas habitacionais nos Estados Unidos sempre foram estruturadas sobre bases raciais, e a automação dessa lógica apenas transferiu a discriminação para a infraestrutura digital. Algoritmos que determinam a elegibilidade para aluguéis e hipotecas continuam a penalizar grupos minorizados, reforçando um ciclo de exclusão habitacional historicamente vinculado à segregação racial.

No setor da saúde, estudos como os de Obermeyer *et al.* (2019) revelam que algoritmos empregados por hospitais e seguradoras subestimam a gravidade das condições médicas de pacientes negros, resultando em tratamentos inadequados e taxas mais elevadas de mortalidade. Essa distorção decorre do uso de dados históricos que refletem décadas de desigualdade no acesso à saúde, conservando um ciclo em que populações racializadas recebem menos atenção médica e apresentam piores desfechos clínicos.

Na Grécia antiga, Zeus impunha sua punição a Prometeu por conceder poder aos mortais; no século XXI, como mostram as pesquisas, a penalidade recai sobre os próprios mortais, sobretudo os mais vulneráveis, submetidos ao domínio dos deuses digitais da IA. Aquilo que se apresenta como um avanço civilizacional materializa-se, na prática, como um mecanismo de exclusão, sustentado por uma elite que, do alto do Olimpo algorítmico, estabelece quem terá acesso às oportunidades e quem será relegado à invisibilidade e à precariedade.

Os sistemas de IA não operam em um vácuo. Como observa Ruha Benjamin (2019), essas tecnologias refletem as dinâmicas da sociedade que as produz e, simultaneamente, atuam como instrumentos de engenharia social, moldando a vida cotidiana por meio de critérios invisíveis de controle e exclusão. Ao serem lidos como textos, ou seja, como produções simbólicas que codificam visões de mundo, instauram sentidos e organizam práticas sociais, os algoritmos revelam seu papel ativo na manutenção das hierarquias raciais, de gênero e classe (Araújo, 2025b). Os estudos sobre racismo algorítmico citados neste ensaio evidenciam que esse fenômeno não resulta de falhas pontuais ou desvios técnicos, mas constitui uma manifestação estruturante da necroalgoritmização, pois se trata de cálculos automatizados que, em vez de promover justiça ou reparação histórica (Birhane, 2021), reforçam desigualdades preexistentes sob a aparência de eficiência matemática.

O Olimpo dos algoritmos não se configura como um espaço de sabedoria e justiça, mas como um domínio em que entidades desumanizadas programam a realidade conforme interesses que perpetuam desigualdades. Na tradição mítica, Prometeu concedeu o fogo à

humanidade como um gesto de emancipação; no entanto, na era digital, essa chama foi apropriada e transformada em um aparato de vigilância, controle e exclusão. Longe de libertar, a IA impõe novos aprisionamentos. Em vez de incluir, segmenta. Aquilo que fora prometido como um avanço social converteu-se em um código de punição digital, cuja lógica seletiva e excludente imuniza desigualdades sob a aparência da neutralidade matemática (O’Neil, 2020).

A seção seguinte aprofundará essa reflexão ao examinar estratégias para resistir e subverter essa lógica, propondo novas formas de justiça algorítmica e questionando o poder computacional que estrutura os processos de exclusão digital no século XXI.

## **Reconfigurar o fogo: justiça algorítmica e resistência digital**

Diante do panorama delineado ao longo deste ensaio, torna-se essencial reavaliar as condições em que o “fogo” da IA é concebido, manipulado e distribuído. Na tradição prometeica, o fogo simboliza simultaneamente progresso e punição; na era algorítmica, essa centelha se manifesta na IA, cujas aplicações podem tanto fomentar a emancipação quanto aprofundar desigualdades estruturais. O desafio contemporâneo, portanto, não se reduz à regulação técnica da chama, mas ao conflito político sobre sua posse e direção. Em termos prometeicos, trata-se de compreender que “roubar o fogo” hoje significa desprivatizar a capacidade de decidir sobre modelos, dados e infraestruturas, deslocando o poder algorítmico do monopólio corporativo para formas auditáveis, participativas e socialmente orientadas de governança. É nesse sentido que a interlocução com a ideia de uma política orientada ao futuro, tal como discutida por Gonçalves e Marques (2021), permite alinhar a metáfora ao argumento: a crítica à necroalgoritmização aponta para a captura do fogo; a resistência, por sua vez, precisa apontar para modos de reapropriação democrática dessa potência técnica.

Para além das críticas teóricas, diversas iniciativas buscam mitigar os impactos do racismo algorítmico por meio da análise e do monitoramento de suas manifestações. O projeto *Desvelar – Justiça Racial na Inteligência Artificial e TICs*<sup>3</sup>, idealizado por Tarcízio Silva, concentra-se na pesquisa e no debate sobre tecnologias digitais, com especial atenção às políticas públicas e regulamentações voltadas à IA no Brasil. Entre suas ações, destaca-se a criação de uma linha do tempo interativa, que documenta casos de discriminação algorítmica e evidencia a reprodução de práticas excludentes, como vieses raciais em sistemas de

---

<sup>3</sup> <https://desvelar.org>.

reconhecimento facial e a exclusão digital em processos seletivos automatizados. Dentre os episódios mapeados, identificam-se falhas na identificação de pessoas negras, resultando em prisões indevidas, bem como o uso de plataformas de recrutamento automatizado que aplicam filtros baseados em critérios discriminatórios, restringindo o acesso de determinados grupos ao mercado de trabalho.

Outra iniciativa de destaque é a *Algorithmic Justice League* (AJL)<sup>4</sup>, fundada por Joy Buolamwini, que combina pesquisa, arte e *advocacy* para expor os impactos da IA na sociedade, denunciando os vieses e danos que emergem da opacidade desses sistemas, que naturaliza desigualdades no capitalismo de vigilância. A AJL ganhou destaque ao expor os vieses raciais em sistemas de reconhecimento facial utilizados por governos e empresas. O estudo *Gender Shades* (Buolamwini; Gebru, 2018), por exemplo, revelou que esses sistemas apresentavam taxas de erro de até 34% na identificação de mulheres negras, enquanto para homens brancos esse índice era inferior a 1%, evidenciando a desigualdade algorítmica na precisão dessas tecnologias.

Iniciativas como o *Projeto Desvelar*, no Brasil, e a *Algorithmic Justice League*, nos Estados Unidos, desempenham papel fundamental na denúncia das injustiças algorítmicas e na construção de alternativas para uma governança mais transparente e equitativa da IA. Ambas as organizações expõem como a opacidade desses sistemas reforça desigualdades preexistentes e amplia as assimetrias de poder no contexto do capitalismo de vigilância, naturalizando processos de exclusão digital. A governança da IA, portanto, precisa ser ressignificada não apenas como um domínio técnico, mas como um espaço de disputa política e ética, no qual o uso do conhecimento computacional deve ser constantemente questionado e democratizado para evitar que a tecnologia reproduza lógicas opressivas sob a falsa promessa de neutralidade.

Os dois projetos mencionados estabelecem um diálogo direto com a proposição de García-Canclini (2021) acerca do *hacking* como forma de militância, na medida em que se configuram como expressões concretas de resistência diante das arquiteturas algorítmicas de controle e dominação. Para o autor, o *hacking* militante não se limita à invasão de sistemas ou à manipulação técnica de códigos; trata-se, sobretudo, de um reposicionamento crítico diante dos usos hegemônicos da tecnologia, um gesto que reivindica o redirecionamento dos dispositivos digitais em favor da justiça social. Essa perspectiva ressoa fortemente com a

---

<sup>4</sup> <https://www.ajl.org>.

reflexão sobre a necroalgoritmização (Araújo, 2025a), ao propor uma leitura política e contra-hegemônica das infraestruturas digitais. Nesse cenário, tanto o *Projeto Desvelar* quanto a *Algorithmic Justice League* encarnam o sentido mais profundo do *hacking* a que se refere García-Canclini, pois são práticas insurgentes que confrontam a necropolítica digital ao tornar visíveis e, portanto, questionáveis, as assimetrias de poder inscritas na distribuição desigual do “fogo” algorítmico.

Essa perspectiva é aprofundada por Faustino e Lippold (2023), que argumentam que a lógica colonialista da tecnologia digital deve ser contestada a partir de uma crítica *hacker* capaz de revelar os processos de racialização e exclusão inerentes à governamentalidade algorítmica. Como eles afirmam em outro trabalho, “devemos vislumbrar uma IA descolonizada, na efetiva apreensão anticolonial que Fanon nos legou em seus estudos sobre tecnologia e colonialismo” (Faustino e Lippold, 2025, p. 110).

Assim, a resistência *hacker-fanoniana* defendida pelos autores transcende o desmascaramento dos vieses embutidos nos sistemas e propõe a construção de alternativas tecnológicas que desafiem o monopólio das *Big Techs* e questionem os próprios fundamentos epistemológicos da IA. Esse enfoque torna-se essencial para pensar o “fogo” algorítmico não como um elemento a ser meramente redistribuído, mas como um dispositivo a ser reconfigurado por meio de novas lógicas sociotécnicas, ancoradas em perspectivas descoloniais e antirracistas.

Contra o que denomina de “reformismo algorítmico” (*algorithmic reformismo*), Balch (2024) argumenta que a injustiça algorítmica persiste não por falhas no design técnico dos sistemas, mas pela própria configuração de poder institucional que os sustenta, sobretudo a dominação do poder econômico sobre as demais formas de agência social. Ao fazer isso, Balch se alinha a uma vertente crítica dos estudos algorítmicos que reconhece os sistemas técnicos como extensões estruturais de projetos sociais hegemônicos.

O futuro da IA e sua responsabilidade ética não podem ser reduzidos à mera implementação de protocolos de *fairness*<sup>5</sup> (justiça algorítmica) e governança de dados (Birhane, 2021). Mais do que ajustes técnicos, exige-se um compromisso ativo com práticas

---

<sup>5</sup> *Protocolos de fairness* (justiça algorítmica) referem-se a diretrizes e métodos utilizados para identificar, mitigar e prevenir vieses discriminatórios em sistemas de IA. Esses protocolos incluem abordagens como *equalized odds* (probabilidades iguais), *demographic parity* (paridade demográfica) e *individual fairness* (justiça individual), que buscam garantir que decisões algorítmicas não reforcem desigualdades sociais preexistentes (Barocas; Hardt; Narayanan, 2019). No entanto, críticos argumentam que essas medidas frequentemente operam dentro de uma lógica tecnicista, sem desafiar as estruturas de poder que sustentam as desigualdades, resultando em uma mitigação superficial dos impactos da IA.

de *hacking* crítico, auditorias independentes e a construção de infraestruturas tecnológicas que rompam com a colonialidade do saber digital. Como ensina o mito de Prometeu, todo fogo traz consigo um dever ético. Resta, portanto, a indagação fundamental: quem assumirá essa responsabilidade para que a chama da IA não reforce a necroalgoritmização, mas ilumine caminhos para uma justiça algorítmica efetiva?

## Conclusões

O mito de Prometeu serviu, ao longo deste ensaio, como um arquétipo central para a compreensão dos dilemas da IA na contemporaneidade, não porque se pretenda localizar no presente um titã identificável, mas porque a narrativa prometeica condensa a promessa civilizatória da técnica e a violência que acompanha sua apropriação desigual, de modo que o fogo opera como metáfora da potência transformadora e, simultaneamente, como índice dos custos que recaem sobre certos corpos quando esse poder é capturado. Tal como o titã que subtraiu o fogo dos deuses e o entregou à humanidade, inaugurando tanto progresso quanto punição, os sistemas algorítmicos têm sido apresentados como a nova chama da era digital, capazes de moldar realidades, redefinir dinâmicas sociais e estabelecer, por meio da matemática, quem será visto, reconhecido ou invisibilizado, porém essa chama não circula como bem comum, uma vez que sua infraestrutura permanece concentrada e governada por um Olimpo corporativo que transforma inovação em monopolização, eficiência em vigilância e promessa de futuro em distribuição seletiva de direitos.

Ao longo deste ensaio, analisou-se a necroalgoritmização, conceito que descreve a forma como a IA opera dentro de lógicas estruturais de exclusão (Araújo, 2025a), e suas múltiplas manifestações. Desde os sistemas de reconhecimento facial que invisibilizam corpos negros e trans até os modelos preditivos de policiamento que reforçam estereótipos raciais, os algoritmos não são meros dispositivos técnicos, mas expressões de poder que atualizam desigualdades sob a retórica da neutralidade matemática. O fogo prometeico da IA, longe de iluminar caminhos emancipatórios, tem sido instrumentalizado para preservar injustiças, consolidando um Olimpo algorítmico onde deuses digitais, sem qualquer escrutínio público, decidem o destino de milhões de vidas.

A narrativa de Prometeu, no entanto, não se encerra na punição e no sofrimento, mas também se constitui como um alerta sobre a responsabilidade no uso do fogo algorítmico. O avanço tecnológico deve estar acompanhado de reflexões éticas profundas e de

regulamentações rigorosas que impeçam a perpetuação de injustiças. A sociedade precisa desafiar esse novo Olimpo, não no plano da mitificação de agentes individuais, mas no nível das estruturas que concentram, governam e legitimam o poder algorítmico, exigindo auditabilidade pública, redistribuição infraestrutural de capacidades (dados, computação, modelos) e formas vinculantes de responsabilização institucional para que a IA deixe de funcionar como instrumento de dominação e possa ser reconfigurada como tecnologia orientada à emancipação.

O debate sobre justiça algorítmica (Birhane, 2021) e responsabilidade ética não pode se limitar a ajustes técnicos (Balch, 2024) ou a boas práticas empresariais. A disputa pelo futuro da IA é, antes de tudo, uma disputa política e epistemológica que exige o reposicionamento radical dos saberes e das infraestruturas que sustentam o capitalismo de dados. Como destacam os autores citados neste ensaio, a governança algorítmica precisa ser reformulada a partir de perspectivas críticas, auditáveis e comprometidas com a equidade. No entanto, como demonstrado, essas mudanças não serão suficientes enquanto as infraestruturas que consolidam as desigualdades digitais permanecerem intactas.

Mais do que regulação e transparência, o enfrentamento da necroalgoritmização exige a construção de infraestruturas tecnológicas alternativas, práticas de *hacking* ético e a reprogramação dos sistemas a partir de princípios de justiça social. Projetos como o *Desvelar* e a *Algorithmic Justice League* demonstram que a luta por uma IA mais justa não se restringe ao campo teórico, mas se materializa em ações políticas e estratégias concretas de resistência. Tais iniciativas apontam caminhos para desafiar o monopólio das *Big Techs* e reivindicar um uso democrático e equitativo da tecnologia.

Inspirando-se na concepção de García-Canclini (2023) sobre o *hacking* como militância e nas análises críticas de Nyabola (2018) e de Faustino e Lippold (2023; 2025) sobre as novas formas de colonialismo digital, este ensaio defende que enfrentar a necroalgoritmização exige mais do que denunciar seus efeitos: é preciso reescrever os próprios sistemas que a sustentam. Nesse sentido, o *hacking* deixa de ser apenas uma intervenção técnica para tornar-se um gesto político-discursivo, isto é, um ato de leitura crítica e reescrita das lógicas algorítmicas que estruturam a distribuição desigual de poder na era digital.

Para que tal gesto seja efetivo, é necessário reconhecer que o algoritmo não é apenas um código funcional, mas um texto performativo, ideológico e historicizado, que organiza

sentidos, institui exclusões e modela práticas sociais (Araújo, 2025b). Ler e reescrever algoritmos como textos, portanto, é descolonizar seus enunciados. Esse reposicionamento epistemológico amplia as possibilidades de uma militância hacker voltada não apenas à auditoria crítica, à regulamentação transparente e ao letramento algorítmico acessível (Oeldorf-Hirsch; Neubaum, 2023), mas também à criação de tecnologias contra-hegemônicas que rompam com a lógica extrativista e necropolítica das grandes corporações.

Entretanto, algumas limitações desta análise merecem ser destacadas. Embora o ensaio tenha explorado criticamente a necroalgoritmização e suas manifestações, ainda há um campo vasto a ser aprofundado sobre as alternativas concretas à atual estrutura algorítmica. Reflexões sobre práticas de resistência em diferentes contextos globais, estudos empíricos sobre iniciativas de reprogramação algorítmica e a construção de ecossistemas tecnológicos descentralizados são agendas urgentes para futuras investigações. Além disso, a interseccionalidade dos impactos algorítmicos sobre outros marcadores sociais, como deficiência e classe, requer um aprofundamento maior.

O futuro da IA dependerá das disputas políticas e éticas que se travam no presente. O que está em jogo não é apenas a transparência dos sistemas, mas a reconfiguração da própria matriz tecnológica que governa a realidade. Redistribuir o fogo algorítmico apenas não basta, é preciso reacendê-lo sob novas bases, para que sua chama não perenize exclusões, mas ilumine caminhos para um futuro mais justo e acessível a todos. Se Prometeu desafiou os deuses para entregar o fogo aos mortais, o desafio do século XXI é confrontar o monopólio corporativo e estatal que captura a infraestrutura algorítmica e reprogramar o destino da IA. Apenas assim o fogo da IA poderá cumprir sua promessa de iluminar, e não carbonizar, o futuro da humanidade.

## Referências

- AMORIN, Henrique; MODA, Felipe Bruner. **Trabalho por aplicativo**: gerenciamento algorítmico e condições de trabalho dos motoristas da Uber . Revista *Fronteiras: estudos midiáticos*. v. 22, n. 1, p. 59-71, 2020. São Paulo: Unisinos. DOI: <https://doi.org/10.4013/fem.2020.221.06>. Acesso em: 29 nov. 2024.
- ARAÚJO, Júlio. **Necroalgoritmização**: notas para definir o racismo algorítmico. São Paulo: Mercado de Letras, 2025a.
- ARAÚJO, Júlio. O algoritmo é um texto. **Texto Livre: Linguagem e Tecnologia**, Belo Horizonte, v. 18, e58505, 2025b. DOI: <https://doi.org/10.1590/1983-3652.2025.58505>.
- ARAÚJO, Júlio. Racismo algorítmico e microagressões nas redes sociais. **Domínios de Lingu@gem**, Uberlândia, v. 18, e1849, 2024b. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/DLv18a2024-49>. Acesso em: 10 out. 2025.
- ARAÚJO, Júlio; ARAÚJO, Júlio César Dantas de. Racismo algorítmico e inteligência artificial: uma análise crítica multimodal. **Revista Linguagem em Foco**, Fortaleza, v. 16, n. 2, p. 89-109, 2024. DOI: 10.46230/lef.v16i2.13108. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/linguagememfoco/article/view/13108>. Acesso em: 24 nov. 2024.
- BALCH, Andrew. **Why algorithms remain unjust**: power structures surrounding algorithmic activity. 2024. Preprint - arXiv, [s. l.], 9 dez. 2024. Disponível em: <https://arxiv.org/pdf/2405.18461>. Acesso em: 5 jul. 2025.
- BAROCAS, Solon.; HARDT, Moritz.; NARAYANAN, Arvind. **Fairness and machine learning**: limitations and opportunities. Cambridge: MIT Press, 2019.
- BENJAMIN, Ruha. **Race after technology**: abolitionist tools for the New Jim Code. Cambridge: Polity, 2019.
- BIRHANE, Abeba. **Algorithmic injustice**: a relational ethics approach. *Patterns*, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 1-11, 2021. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2666389921000155>. Acesso em: 7 maio 2025.
- BUOLAMWINI, Joy; GEBRU, Timnit. **Gender shades**: intersectional accuracy disparities in commercial gender classification. *Proceedings of Machine Learning Research*, v. 81, p. 1-15, 2018. Disponível em: <https://proceedings.mlr.press/v81/buolamwini18a/buolamwini18a.pdf>. Acesso em 29 nov. 2024.
- CENTER FOR COUNTERING DIGITAL HATE. **Hate and harassment on Twitter following Elon Musk's takeover**. London: CCDH, 2023. Disponível em: <https://counterhate.com/research/hate-and-harassment-on-twitter-following-elon-musks-takeover/>. Acesso em: 21 dez. 2025.
- CRAWFORD, Kate. **Atlas of AI**: power, politics, and the planetary costs of Artificial Intelligence. Yale University Press, 2021.
- DE FIGUEIREDO, Carolina Dantas.; BARBOSA, Renata Regina. **Spotify e construção do gosto**: uma breve análise sobre a oferta de playlists pela plataforma. *Signos do consumo*, v. 11, n. 2, p. 28-39, 2019. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1984-5057.v11i2p28-39>. Acesso em: 8 fev. 2025.

ÉSQUILO. **Prometeu Acorrentado**. Tradução, introdução e notas de Mário da Gama Kury. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

EUBANKS, Virginia. **Automating inequality**: how high-tech tools profile, police, and punish the poor. New York: St. Martin's Press, 2018.

FAUSTINO, Deivison Faustino; LIPPOLD, Walter. **Colonialismo digital**: por uma crítica hacker-fanoniana. São Paulo: Boitempo, 2023.

FAUSTINO, Deivison Faustino; LIPPOLD, Walter. O Deepseek, a geopolítica da IA e as insurgências possíveis: uma análise hacker-fanoniana. In. SILVA, Tarcízio. (Org.) **Inteligência Artificial Generativa**: discriminação e impactos sociais. São Paulo: LiteraRua, 2025, p. 99-110.

FERRAREZI, Thiago. **Inteligência Artificial**: reflexão sobre governança estatal e paradoxos futuros. Migalhas, 2023. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/392554/inteligencia-artificial-reflexao-sobre-governanca-estatal-e-paradoxos>. Acesso em: 8 fev. 2025.

GARCÍA-CANCLINI, Néstor. **Cidadãos substituídos por algoritmos**. Trad. Diego A. Molina. São Paulo: Editora Ubu, 2021.

GLAAD. **Social media safety index 2024**: Meta platforms. New York: GLAAD, 2024. Disponível em: <https://glaad.org/smsi/2024/meta-platforms/>. Acesso em: 21 dez. 2025.

GONÇALVES, Rodrigo Santaella; MARQUES, Victor Ximenes. Por uma política orientada ao futuro: a provocação filosófica e estratégica do “aceleracionismo de esquerda”. **Das Questões**, v. 12, n. 1, p. 371-412, 20 jun. 2021.

HESÍODO. **Teogonia**: trabalhos e dias. Tradução de Jaa Torrano. São Paulo: Iluminuras, 2006.

HUMAN RIGHTS CAMPAIGN. **Meta's new content moderation policies endanger LGBTQ+ people**. Washington, DC: HRC, 2024. Disponível em: <https://www.hrc.org/news/metas-new-policies-how-they-endanger-lgbtq-communities-and-our-tips-for-staying-safe-online>. Acesso em: 21 dez. 2025.

LADEIRA, João Damasceno Martins. **O algoritmo e o fluxo**: Netflix, aprendizado de máquina e algoritmos de recomendações. Intexto, n. 47, p. 166-184, 2019. Porto Alegre: UFRGS. DOI: <https://doi.org/10.19132/1807-8583201947.166-184>. Acesso em: 5/5/2024.

LOYA, José. **Racial stratification among latinos in the mortgage market**. Race Soc Probl 14, 39-52, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1007/s12552-021-09326-3>. Acesso em: 15/4/ 2024.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MEIRA, Silvio.; PRIMO BRAGA, Carlos. A. **Inteligência artificial e suas implicações econômicas**. FDC, 2023. Disponível em: [https://www.fdc.org.br/Documents/imagina-brasil/D\\_56174\\_%20InteligênciaArtificial\\_Implicações\\_Econômicas.pdf](https://www.fdc.org.br/Documents/imagina-brasil/D_56174_%20InteligênciaArtificial_Implicações_Econômicas.pdf). Acesso em 8 de fev. 2025.

MOZILLA FOUNDATION. **No moderation, no accountability**: how X amplifies hate. San Francisco: Mozilla Foundation, 2024. Disponível

em: <https://foundation.mozilla.org/en/research/library/no-moderation-no-accountability/>. Acesso em: 21 dez. 2025.

NOBLE, Umoja Safiya. **Algoritmos da opressão**: como o Google fomenta e lucra com o racismo. Tradução Felipe Damorim. Santo André: Rua do Sabão, 2021.

NYABOLA, Nanjala. **Digital democracy, analogue politics**: how the internet era is transforming Kenya. Londres: Zed Books, 2018.

O'NEIL, Cathy. **Algoritmos de destruição em massa**: como o big data aumenta a desigualdade e ameaça a democracia. Tradução Rafael Abraham. Santo André: Rua do Sabão, 2020.

OBERMEYER, Ziad, *et al.* **Dissecting racial bias in an algorithm used to manage the health of populations**. *Science*, v. 366, n. 6464, p. 447-453, 2019.

OELDORF-HIRSCH, Anne; NEUBAUM, German. **What do we know about algorithmic literacy?** The status quo and a research agenda for a growing field. *New media & society*, p. 14614448231182662, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1177/14614448231182>. Acesso em: 20/8/2024.

PAWEŁOSZEK, Ilona., KUMAR, Narendra. e SOLANKI, Umesh. **Artificial intelligence, digital technologies and the future of law**. *Futurity Economics & Law*, v. 2, n. 2, p. 24-33, 2022. DOI: <https://doi.org/10.57125/FEL.2022.06.25.03>. Acesso em: 20/8/2024.

PLATÃO. **Protágoras**. Tradução de Jorge Paleikat. São Paulo: Edipro, 2004.

PONNUSAMY, V.; EKAMBARAM, D.; ZDRAVKOVIC, N. **Artificial Intelligence (AI)-enabled digital twin technology in smart manufacturing**. *Industry 4.0, Smart Manufacturing, and Industrial Engineering*. CRC Press, 2025, p. 248-270.

PRIMO BRAGA, Carlos. A. **Inteligência Artificial**: oportunidades e desafios. FDC, 2024. Disponível em: <https://ci.fdc.org.br/AcervoDigital/Artigos%20FDC/Artigos%20DOM%20Contexto%20M%C3%89DIAS%20set.2024/Intelig%C3%A2ncia%20artificial.pdf>. Acesso em: 8 fev. 2025.

ROTHSTEIN, Richard. **The color of law**: a forgotten history of how our government segregated america. New York: Liveright, 2017.

SILVA, Gilvanna Costa. **Plataformização e capitalismo de vigilância**: o caso do iFood no contexto da nova modernidade. 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/44702/1/PlataformizaçãoCapitalismoVigilância.pdf>.

SILVA, Tarcízio. **Racismo algorítmico**: inteligência artificial e discriminação nas redes digitais. São Paulo: Edições SESC. 2022.

STELMASZAK, Marta.; MÖHLMANN, Mareike.; SØRENSEN, Carsten. **When algorithms delegate to humans**: Exploring human-algorithm interaction at Uber. *MIS Quarterly*, 2024. DOI: <https://doi.org/10.25300/MISQ/2024/17911>. Acesso em 8 de fev. 2025.

VERNANT, Jean-Pierre. **Mito e pensamento entre os gregos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

WILSON, Kyra; CALISKAN, Aylin. **Gender, race, and intersectional bias in resume screening via language model retrieval**. *Proceedings of the AAAI/ACM Conference on AI, Ethics, and Society*,

p. 1578–1590, out. 2024. Disponível em: <https://ojs.aaai.org/index.php/AIES/article/view/31748>. Acesso em: 15 jul. 2025.

YARGER, Lynette.; COBB-PAYTON, Fay.; NEUPANE, Bikalpa. **Algorithmic equity in the hiring of underrepresented IT job candidates**. Online information review, v. 44, n. 2, p. 383-395, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1108/OIR-10-2018-0334>. Acesso em 8 de fev. 2025.

ZUBOFF, Shoshana. **The age of surveillance capitalism: the fight for a human future at the new frontier of power**. New York: PublicAffairs, 2019.

Recebido em 15/7/2025 | Aceito em 7/1/2026



Esta obra está licenciada  
conforme Creative Commons  
Atribuição 4.0 Internacional